

1. IDENTIFICAÇÃO DA REUNIÃO

Data: 26 de março de 2026

Início: 13:30

Término: 15:18

Local: Auditório da Sede e Plataforma Google Meet

Coordenador da Reunião: Desembargador Ilson Alves Pequeno Junior, Presidente e Gestor de Governança e Metas.

2. OBJETIVO

Deliberar sobre iniciativas e metas estratégicas para 2026, com foco no encerramento do ciclo PEP 2021/2026 e transição para o novo sexênio.

3. PARTICIPANTES

Conforme lista de presença anexa, registraram-se 28 participações presenciais e 16 remotas, totalizando 44 gestores e servidores de unidades estratégicas do Tribunal.

4. DISCUSSÃO DA PAUTA

4.1. Abertura

A reunião foi aberta pelo Desembargador do Trabalho **Ilson Alves Pequeno Junior**, na qualidade de Presidente, Gestor de Governança e Metas, e Ordenador de Despesas. O magistrado realizou os cumprimentos protocolares aos presentes e passou a palavra ao Secretário de Governança e Gestão Estratégica, Weslei Maycon Maltezo, a quem coube a apresentação dos temas.

4.2. PEP 2021/2026 – Resultados de 2025

Inicialmente foi apresentada a avaliação das metas do Planejamento Estratégico Participativo com ano-base 2025:

- **Metas Atingidas:** Fortalecimento da comunicação (100%), Inovação - Meta 9 CNJ (100%), Direitos da Criança - Meta 10 CNJ (100%), Mapeamento de processos críticos (15 processos), Promoção da saúde (100%) e Índice de Conciliação (103,89%).
- **Atingidas com Cláusula de Barreira:** Índice de processos mais antigos (IPA), e Redução da taxa de congestionamento.
- **Atingidas Parcialmente:** Execução de despesas discricionárias (99,09%), justificada por ganhos de eficiência administrativa e postura prudencial, e cumprimento da LC 200/2023 (97,50%), devido a aportes orçamentários tardios.
- **Pendentes de Divulgação:** O Índice de Desempenho de Sustentabilidade (IDS) e a autoavaliação do e-Prevenção (TCU) têm previsão de atualização para meados de 2026.

Com relação a esse tema, durante os debates, o Coordenador de Comunicação, Luis Alexandre de Freitas da Silva, destacou a realização de campanhas institucionais pelo Tribunal, alinhadas às campanhas nacionais do CSJT, colocando a necessidade de estruturar uma programação unificada, pois, em alguns casos, além das campanhas nacionais que o tribunal é obrigado a replicar, ainda é necessário realizar campanhas próprias com a mesma temática, incorrendo em duplicidade e retrabalho. Nessa linha, solicitou apoio das unidades para unificar as campanhas institucionais a serem realizadas pelo Regional.

Em relação ao tema da Sustentabilidade, o diretor-geral, Frank Luz de Freitas, destacou o patrocínio dado pela Administração para as diversas ações de sustentabilidade em andamento, citando que é prioridade implantar sistema de energia limpa em todas as Varas do Tribunal. No estado de Rondônia o processo de implantação das usinas fotovoltaicas será concluído ainda no primeiro semestre, quando será expandido também para as unidades do estado do Acre. Destacou a preocupação da Administração com ações para atender a Agenda 2030 da ONU, como contribuição para redução do efeito estufa, a partir da substituição da frota dos atuais veículos por veículos menos poluentes. Anunciou, na ocasião, que o Regional está em processo de aquisição de dois veículos totalmente elétricos, sendo os primeiros da frota. Ainda, nesse tema, a Chefe da Divisão de Sustentabilidade, Jaqueline da Silva Ramos, destacou o trabalho de educação que vem sendo feito com relação à coleta seletiva nas unidades do Regional.

Com relação ao cumprimento de ações relacionadas com a meta 11 do CNJ - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente, a servidora Jaqueline anunciou a realização do Feirão de Aprendizagem. O feirão faz parte de um conjunto de três projetos submetidos ao TST, e a administração do TRT14 aguarda o retorno para confirmar qual deles receberá o aporte orçamentário para ser implementado.

Quanto aos desafios da meta nacional 1 - Índice de processos julgados, a Secretária-Geral Judiciária, Alessandra Felizardo de Sousa, destacou o aumento da demanda como fator que trouxe desafios para o cumprimento da meta, além das dificuldades correntes com a demora na conclusão de processos de perícias judiciais e processos envolvendo grandes litigantes na fase de conhecimento. Para a meta 5, a secretária-geral judiciária destacou o projeto "Baixar para descongestionar", e lembrou que o tribunal atingiu a marca de melhor taxa de congestionamento da história, sendo o primeiro lugar entre os TRTs. Acrescentou que será desenvolvido um painel específico para acompanhamento das metas específicas.

A juíza auxiliar da presidência e de precatórios, Fernanda Junqueira, destacou o engajamento de magistrados e servidores em relação à meta 1. Citou o projeto Juris Célere, recém homologado e entrou na fase de testes. Esse programa, que é inédito na JT, ajudará na identificação de precedentes, cujos impactos serão diretos no auxílio ao

cumprimento da meta 1. Destacou, ainda, o projeto “Concilia Café”, que faz uma interação ativa com os grandes litigantes, reunindo num encontro amistoso para um café, e buscando encontrar soluções amigáveis para os seus processos. Fez referência, ainda, às semanas temáticas que serão realizadas neste ano de 2026, tais como: semana do eletricitista, semana do bancário, semana do comércio, entre outros, como forma de mobilizar empresas, sindicatos e outras entidades para a importância da conciliação.

Com relação aos indicadores de orçamento (IEDD/ICLC200), o diretor-geral, ressaltou que o saldo remanescente em relação às despesas discricionárias não representou, em 2025, descontinuidade das ações, mas sim o resultado de ganhos de eficiência em despesas administrativas (viagens e ajuda de custo) e da adoção de uma postura prudencial frente a passivos contingentes de manutenção predial. Assim, o saldo remanescente é classificado como variação técnica positiva, sem prejuízo aos objetivos estratégicos. Por outro lado, as causas do desvio residual em relação ao indicador da Lei Complementar nº 200, o chamado Arcabouço Fiscal, já foram identificadas e devidamente sanadas. O saldo remanescente decorreu do aporte orçamentário tardio (outubro de 2025), o que impossibilitou a liquidação no exercício vigente e resultou na inscrição em Restos a Pagar para 2026. Em relação ao novo indicador (IAPEX), o diretor-geral destacou o caráter desafiador para cumprir tal meta, porque mede as despesas liquidadas em vez das empenhadas, aumentando muito mais o esforço da administração para concluir os procedimentos licitatórios com prazo suficiente para liquidar as despesas dentro do exercício financeiro.

A chefe da divisão de governança, Christianne Araújo Mendonça Angelini, destacou a metodologia utilizada para calcular os indicadores da área de TIC (iGovTIC-JUD/ISTIC), enaltecendo os resultados positivos de ambos os indicadores.

O coordenador de assistência à saúde, Frederico Alves Rangel, ressaltou a importância das ações apresentadas no plano de ação da área de saúde para 2026, entregue à administração, esta semana, cujo foco é a saúde mental das pessoas. Mas destacou também que o plano de ação prioriza melhorias nos serviços odontológicos, que passará a exigir periódicos em odontologia.

O Secretário-geral da Presidência solicitou registro para duas ações realizadas em 2025 que foram fundamentais para a gestão por competências: o aprimoramento do sistema Gestrab para monitorar as atividades de teletrabalho e a realização dos editais de seleção interna.

4.3. Relatório de Desempenho das Iniciativas Estratégicas (2025)

Foram apresentados os resultados das iniciativas estratégicas, referentes ao exercício de 2025, com balizamento nas diretrizes da gestão (Biênio 2025/2026), conforme as

Portarias Conjuntas PRE-COR n.º 001/2025 e 007/2025. Os principais destaques incluíram:

- **Comunicação e Parcerias:** Alcance de 2.026 publicações em mídia e recebimento do Prêmio TOP 10 de melhor comunicação nas redes sociais.
- **Sustentabilidade:** Instalação de placas fotovoltaicas em quatro Varas do Trabalho (VTs) e redução do parque gráfico para 121 equipamentos.
- **Duração Razoável do Processo:** Designação de juízes substitutos em 100% dos afastamentos legais para assegurar a continuidade jurisdicional.
- **Acesso à Justiça:** Realização de itinerâncias cooperativas com aproximadamente 10.000 atendimentos e vistorias técnicas em aldeias indígenas.
- **Saúde e Qualidade de Vida:** Implementação do novo modelo de autogestão (ABAS14 Diamante) e execução de campanhas preventivas.

4.4. Glossário de Metas para 2026 e Novos Indicadores

Apresentação da 6ª edição do Glossário, documento que detalha os indicadores para garantir transparência e confiabilidade aos dados de 2026. Foram destacados os seguintes novos indicadores:

1. **IAIC:** Índice de Ações Integradas de Comunicação Social.
2. **IDMI:** Índice de Divulgação de Memória Institucional.
3. **ICPO:** Índice de Capacitação em Precedentes Obrigatórios.
4. **IEAMGP:** Índice de Efetividade das Ações de Melhoria da Governança Pública.
5. **IEPEVAD:** Índice de Efetividade da Prevenção e Enfrentamento da Violência, Assédio e Discriminação.
6. **IAPEX:** Índice de Aderência do Planejamento da Execução Orçamentária.
7. **Metas Específicas da JT:** Incluem promoção da equidade racial (IPERJT), execuções extintas por satisfação da obrigação (IEESO) e combate ao trabalho infantil (ICTI).

4.5. Projeto INOVA 14 (Ciclo 2027/2032)

Definição da metodologia e cronograma para a revisão do planejamento estratégico:

- **Metodologia:** Utilização de ferramentas como *Balanced Scorecard* (BSC), OKR (*Objectives and Key Results*), Análise SWOT e *Brainstorming* participativo.
- **Fases:** O projeto compreende etapas de sensibilização e consultas (fevereiro), diagnóstico SWOT (março), definição do mapa estratégico (julho) e metas/iniciativas (agosto).

- **Gestão Participativa:** O processo será colaborativo, envolvendo magistrados, servidores e *stakeholders* em workshops regionais, com validação coletiva das etapas estratégicas sob a governança da Administração do Tribunal.
- **Resultados Esperados:** Alinhamento com a Estratégia Nacional do Poder Judiciário e fortalecimento da governança e inovação do TRT14.

ID	Compromisso	Responsável	Data Limite
1	Unificação do calendário de campanhas (Regionais vs. Nacionais/CSJT) para evitar duplicidade de esforços e otimizar o fluxo de trabalho das unidades.	CCOM	Imediato
2	Esforço concentrado para cumprimento das metas nacionais, como alterações no Regimento Interno, atenção para os processos de precedentes e a realização de workshop e tutoriais.	SGJ	Imediato
3	Apresentação de estudo de reestruturação em relação aos Cejuscs e Núcleo de Justiça 4.0, abordando estrutura organizacional, lotação paradigma e abrangência territorial, considerando os pólos regionais.	SEGGEST	Imediato

O Vice-Presidente e Corregedor, Desembargador Carlos Augusto Gomes Lôbo, destacou que o cumprimento de metas deve ser acompanhado da consciência da missão institucional e que o novo planejamento estratégico em elaboração será muito importante para as futuras gestões. O Presidente, Desembargador Ilson Alves Pequeno Junior, agradeceu o empenho coletivo e encerrou a presente reunião.

5. FECHAMENTO DA ATA

Data da ata: 26 de março de 2026

Relator: Wesley Maycon Maltezo

ANEXO
ATA DA 1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA

PARTICIPANTES

Participaram presencialmente (em ordem alfabética):

Alessandra Felizardo de Sousa - Secretária-Geral Judiciária

Alexandre Gonçalves Zimmermann - Secretária do Tribunal Pleno e Turmas

Alice Morais Moreira - Secretária de Gestão de Pessoas

Antonio César Coelho de Medeiros Pereira - Juiz Auxiliar da Presidência e da Corregedoria

Christianne Araújo Mendonça Angelini - Divisão de Governança, Apoio à Gestão de TIC e Iniciativas

Daniel Rocha Monteiro - Assessoria Administrativa da Presidência

Eduardo Morais da Costa - Secretária Unificada do Polo Regional de Porto Velho

Edson Furtado Alves Júnior - Secretária de Auditoria Interna

Fernanda Junqueira - Juíza Auxiliar da Presidência e Precatórios

Francisco Dilson Chaves Guerreiro - Divisão de Estatística, Análise de Dados e Pesquisas Nacionais

Frank Luz de Freitas - Diretoria-Geral

Frederico Alves Rangel - Coordenadoria de Assistência à Saúde

Iuri Tadeu Ribeiro de Carvalho - Núcleo de Gestão da Inovação e Projetos Estratégicos

Jaqueline da Silva Ramos - Divisão de Sustentabilidade, Acessibilidade e Iniciativas Nacionais

Jocéia Cunha Nazareth - Secretária de Precatórios

João Bosco Machado de Miranda - Secretária-Geral da Presidência

João Paulo Pelles - Coordenadoria de Apoio Judiciária de 2º Grau

Lélio Lopes Ferreira Júnior - Divisão de Apoio Judiciário de 1º Grau

Luis Alexandre Freitas da Silva - Coordenadoria de Comunicação Social e Eventos Institucionais

Pedro Henrique Medeiros Felizardo - Coordenadoria de Pagamento de Pessoal

Raimunda Tamar Souza da Rocha - Divisão de Planejamento e Execução Orçamentária

Raimunda Brito Pedraça - Divisão de Gestão Documental, Arquivo e Memória

Rodrigo Araújo da Silva - Secretária Administrativa

Romário Pessoa de Oliveira - Secretária da Corregedoria Regional

Weslei Maycon Maltezo - Secretária de Governança e Gestão Estratégica

Yonara Aguiar Moraes Werri - Divisão de Imprensa e Jornalismo

Participaram remotamente:

Bruno Martins de Oliveira,

Darck Antonio Bartolo Ruiz,

Elkjar Bruna Garcia,

Flavia Cristina Fidelis Moraes,
Jean Carlo da Costa Barlatti,
Joenir José Della Flora,
Maira Isabel Drischel da Silva,
Marcio da Silva Lima,
Maria de Nazaré Almeida Pena,
Marinaldo Vaz de Souto Araujo Mendes,
Mathesson dos Santos Nascimento,
Patricia Juliana dos Santos,
Renato da Silva Oliveira Marinho,
Rogerio Azevedo Ribeiro,
Tania Cristina de Lima,
Vitor da Silva Sales.